



DEPOIMENTO

ANDERSON BRAGA HORTA

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de consultor legislativo, diretor da Consultoria Legislativa, diretor legislativo.

ENTREVISTADORES:

Glória Varela e Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho, com intervenções de Pedro Ivan Pellegrini.

LOCAL:

Brasília

DATA:

18/08/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 22 minutos

TÓPICOS:

Sua transferência para Brasília como servidor da Câmara dos Deputados; sua fé na transferência da capital; controvérsias e resistências à mudança da capital; início dos trabalhos na Câmara; Voz do Brasil e estruturação gradativa do serviço de comunicação da Câmara; estruturação gradativa da Consultoria Legislativa; influência dos servidores nos projetos dos deputados; concursos e qualidade dos servidores da Câmara dos Deputados; participação política dos servidores da Casa; importância do Congresso Nacional, anterior e atual; período da ditadura militar; cassações de políticos; Diretas Já; eleição de Tancredo Neves; importância do Congresso em sua vida; Congresso como símbolo e pilar da democracia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Para começarmos, para ficar bem registrado, fala para a gente quando o senhor entrou para a Câmara dos Deputados, ou melhor, antes disso, quando veio para Brasília, em que circunstâncias e, depois, quando e como entrou para a Câmara dos Deputados, como começou a sua vida funcional aqui na Casa.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Vim para Brasília em 1960 – por pouco perdi a inauguração –, cheguei em 12 de julho. Eu já era funcionário da Câmara dos Deputados; vim transferido, mas não vim obrigado. Muita gente no Palácio Tiradentes mexeu os pauzinhos para ficar no Rio de Janeiro. Eu era funcionário novo e não tinha muita cancha, muita sociabilidade, não tinha pistolão nem pensaria em mexer os pauzinhos para ficar lá.

Mas, por outro lado, não faria isso por uma questão de fé em Brasília. Eu acreditava que a transferência da capital era necessária, que Brasília daria certo, que a interiorização da capital daria certo. Eu tinha muita esperança nisso. Esperança que eu botei no poema que Ivanir Geraldo Vianna estava mencionando há pouco, que me deu a alegria de alguns prêmios e me abriu alguns caminhos, o poema “Altiplano”, que é sobre Brasília.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor tinha que idade?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Faz tanto tempo! Era tão menino! Tinha 25, quase 26 anos quando vim para cá. Eu sou de 1934; vim em 1960.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então veio por um certo espírito de aventura também?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – É, acho que sim. Além de acreditar em Brasília, de achar que era uma iniciativa importantíssima para o Brasil, para o nosso povo, eu, embora mineiro, passei uma parte boa da minha infância em Goiás – em Goiás Velho e Goiânia. Então, a região não era um absoluto desconhecido para mim, embora Goiás tenha uma geografia bem diferente, bem menos inóspita, e Goiânia já fosse uma cidade razoável na época em que morei lá.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor tinha entrado na Câmara dos Deputados por concurso?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Por concurso. Naquela época parece que normalmente era por concurso. Não havia muita chance de cargos em comissão, que é uma coisa que começou a se multiplicar, salvo engano meu, depois de Brasília. Eu entrei como datilógrafo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E, quando veio para Brasília, o senhor veio como datilógrafo?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Já tinha mudado.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Já tinha mudado. Pouco depois de entrar, houve concurso para redator – eu fiz também. Um concurso interessante porque só havia uma vaga.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era um concurso interno?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não, era um concurso público – 180 candidatos. Se fosse hoje, seriam 180 mil. Eram 180 candidatos para 1 vaga, e eu tirei o segundo lugar. Mas os oito que passaram acabaram nomeados. Então, quando eu vim, já tinha sido nomeado redator.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Fale um pouco sobre sua vida funcional ao longo desse tempo.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Como datilógrafo, fui logo lotado na Comissão de Redação. Um dos membros da Comissão de Redação, depois presidente, foi o presidente Sarney. Na ocasião em que fui para lá, o presidente era o padre Medeiros Neto, e a secretária era a D. Conceição Watzel, irmã do secretário-geral da Mesa, Paulo Watzel. Eu era datilógrafo e fui aprendendo com a D. Conceição alguma coisa de técnica legislativa, que me foi muito útil para o meu futuro funcional.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E de lá...

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – De lá eu saí para a Redação de Anais; passei no concurso de redator. Redação de Anais mudou de nome: hoje é Diretoria de Documentação e Publicidade.

Como redator, tinha a incumbência de preparar os originais dos Anais da Câmara dos Deputados. Era o arroz com feijão – era o diário. Mas também fazíamos os documentos parlamentares. Cheguei a preparar um: *A Participação do Trabalhador nos Lucros da Empresa*, de dois volumes.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esse documento gerou depois alguma legislação específica? Como e o que foi isso?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não. Esse documento era sobre a legislação – um sobre projetos e o outro sobre discursos. Não acredito que tenha influenciado em nada do que veio depois, até porque, curiosamente, o que saiu nessa matéria foi obra da revolução. Durante a minha estada na Redação de Anais, ou Diretoria de Documentação e Publicidade, e antes da fusão, da absorção da Diretoria pelo Centro de Documentação e Informação, participei na primeira fase do nosso Serviço de Rádio, que foi o embrião do hoje pujante departamento que engloba rádio, televisão e jornalismo. Não havia nada naquele tempo. Então, esse Serviço de Rádio foi criado precariamente. O Carlos Brasil de Araújo era o diretor; o diretor técnico, digamos assim, não

sei qual seria o nome, era o Dimacau; redator principal, o Rubem de Azevedo Lima, que era colega redator e era jornalista, que já está aposentado como funcionário da Câmara dos Deputados, mas ainda atua como jornalista; eu; o Clóvis Sena, outro jornalista funcionário da Câmara dos Deputados; o colega Osmar, já falecido, que se formou depois em medicina. Não vou lembrar de todo mundo no momento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor lembra a data?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Exatamente quando foi criado o Serviço de Rádio, eu não lembro. Sei que foi antes de 1964, porque em 1964, me lembro bem, tínhamos que dar as notícias da chamada Revolução de Março – notícias da suposta reação do Rio Grande do Sul, que afinal gorou; notícias daqui, da Câmara dos Deputados. Tudo isso para a primeira fase da *Voz do Brasil Câmara*, a *Voz do Brasil Congresso*. Tudo isso redigido e transmitido muito precariamente, sem grandes recursos, com muito poucos recursos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa rádio era captada só aqui na capital?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não, ela já era, se não estou exagerando, já era nacional, porque já apoiava a *Voz do Brasil*, como um anexo da *Voz do Brasil*, creio que sim. Teve até, posso estar enganado no detalhe, tenho que verificar, lembro que o *Repórter Esso*, o Heron de Alencar, era Alencar?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Heron Domingues.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Heron Domingues. Eron de Alencar foi meu professor na UnB, por isso a confusão. O Heron Domingues esteve aqui para dar algumas orientações, não só como locutor, mas também como radiojornalista que era.

Acho que é mais ou menos isso que me lembro dessa fase do serviço de rádio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor mencionou que esse serviço de rádio divulgava notícias sobre a revolução de 1964, a reação à revolução no Rio Grande do Sul. Como era esse noticiário? Era livre, tinha...

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não, era um noticiário semelhante ao de hoje para a *Voz do Brasil*. Noticiávamos a atuação dos deputados, fornecíamos resumos da palavra dos deputados. Não tínhamos liberdade para sair disso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos tentar fazer uma listagem dos fatos que o senhor considera importantes para a história do país durante os quais o senhor esteve aqui. Como o senhor viu esses fatos importantes? Como é que eles repercutiram dentro do Congresso? Como repercutiram na Câmara dos Deputados?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Um fato da maior importância foi exatamente esse, o golpe militar de 1964, que se instalou e durou vinte anos.

Uma coisa curiosa, se vocês me permitem voltar, estava mencionando o poema *Altiplano*. Nesse poema eu pretendi fazer uma espécie de saga de Brasília. É um poema que fala de muita luta, fala de misérias, de coisas negativas, mas o poema era positivo, é positivo, ainda está aí. Terminava o poema dizendo: “contraditória rosa explosiva”, me referindo a Brasília. Termina com esta frase: “construímos-te futura”. Depositava toda a esperança no futuro nacional, um futuro de paz, de prosperidade etc. Esse poema foi escrito em fevereiro de 1964, e logo depois veio o golpe militar, que em um primeiro momento e nos vinte anos seguintes parecia desmentir tudo aquilo. Mas acho que não desmentiu. Acho que o Ivanir concorda comigo – já acenou lá...

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – (fora do microfone)...porque sou admirador número um desse poema. (*inaudível*)

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Sim, mas estamos falando de Brasília sobretudo. E você não foi derrotado coisa nenhuma. E não creio que nem Brasília nem o Brasil foram desmentidos naquilo que o poema fala positivamente. Não foram desmentidos. Tanto a marcha dos povos, das nações, como a marcha de cada um de nós tem contramarchas também. E temos de aprender com esses percalços. Tomara que tenhamos aprendido! Parece que aprendemos algumas lições e parece que crescemos, embora tenham ficado seqüelas. Não sei se é injustiça minha atribuir certas mazelas atuais ao período de vinte anos de ditadura, em que o nosso sistema educacional, em vez de progredir, no meu entender, foi desmantelado.

Estou falando demais, estou falando um pouco fora do assunto. Hoje nós temos um sistema de instrução razoável, mas a educação está posta de lado. Não somos educados, nossos jovens não são educados como deveriam ser para a vida em comum, para a vida em sociedade, para o civismo, porque esse civismo passou a ser um palavrão devido às manipulações ocorridas durante o período de ditadura. Não temos uma educação artística como tínhamos – precariamente, mas tínhamos – para as artes plásticas, para a música, para a poesia. Não se cogita ensinar nada além daquilo que pode render emprego, que pode se transformar em atividade econômica. Penso que isso foi e tem sido um erro gravíssimo. Não sei se a culpa estará – para mim está – no papel dos nossos políticos, dos nossos comandantes, enfim, durante o período de ditadura.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor vê aí alguma falha na atividade parlamentar, por exemplo?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Quanto a isso?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – A atividade parlamentar foi coarctada nesse período, é mais do que sabido. O Parlamento, o Congresso reflete a situação nacional, reflete o pensamento nacional. Nessa época, eu creio que foi impedido até de refletir corretamente o pensamento nacional, porque não me parece que o que se passou em 1964 refletisse integralmente o que pensava a nação. Foi uma violência.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em 1964, o senhor já tinha alguns anos de Câmara, não é?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Sete anos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sete anos. O que o Golpe de 64 acarretou para o funcionário da Câmara? Em que o Golpe de 64 afetou a vida do funcionário da Câmara?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – O Golpe de 64 afetou a vida de alguns funcionários da Câmara ligados a atividades políticas de esquerda, é claro. Alguns foram grandemente afetados. Todos fomos afetados de alguma maneira com o não-funcionamento ou precário funcionamento do Congresso Nacional durante certo tempo. Houve momentos de perda salarial, redução salarial. Fora essas situações, não houve nada mais digno de nota, nada comparável ao que aconteceu com setores do Executivo, por exemplo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A extinção dos partidos e a instituição do bipartidarismo não chegou a afetar a vida dos funcionários da Câmara? Antes tinha mais lideranças? Ficou com menos cargos em comissão? Isso chegou a acontecer?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Com certeza chegou. Mas, nessa ocasião, eu não tinha nenhuma expectativa e não me interessava muito por essa questão de cargos em comissão. Estava lá, no meu canto, na Diretoria de Documentação e Publicidade, fazendo também o Serviço de Rádio, independentemente da lotação e do serviço, porque não era tanta coisa na Redação de Anais. Não me ligava muito nisso, não. Não tenho uma resposta mais cabal, mas, com certeza, houve uma diminuição de possibilidades.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor deve ter trabalhado – estou tentando fazer as contas aqui – três anos antes de vir para Brasília. Trabalhava na Câmara há três anos?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Certo: 57, 58, 59 e meio ano de 60.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Chegou a conhecer bem o funcionamento da Câmara no Palácio Tiradentes? Como era a Câmara lá?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Uma representação muito menor. E, a propósito, pareceu-me sempre um erro o aumento desmesurado – não sei se desmesurado –, um aumento grande que houve da representação. Parece-me que uma Casa, um Parlamento, com um número muito grande de representantes – nesta Casa, com tantos representantes – o poder se dilui, a qualidade da representação tende a diminuir. E, infelizmente, creio que isso aconteceu e tem acontecido ao longo de nossa história parlamentar de 1960 para cá. Também não sei se é exagero meu, pode ser que a minha ótica me leve a alguma deturpação, mas creio que o Congresso deveria ser menor para ser mais forte. Houve uma massificação em todos os sentidos, uma falsa democratização, no meu entender. Se não tivesse havido esse aumento do número de representantes, talvez tivesse acontecido a mesma coisa, porque acabo de dizer que tivemos enormes perdas no setor de educação. E isso fatalmente se refletiria na representação nacional.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Estou curiosa em relação ao Palácio Tiradentes, porque o senhor é a primeira pessoa que a gente entrevista, para esse projeto, que veio do Rio de Janeiro.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não diga! Eu sou o macróbio aqui da turma? Nenhum deles veio do Rio?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não. Os outros que entrevistamos até agora – porque a gente está no começo ainda do processo – todos já entraram para a Câmara quando a capital já era Brasília. Por isso estou querendo saber como era o clima do Parlamento no Rio de Janeiro, como era a vida dos funcionários.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Passei esses três ou quatro anos no Palácio Tiradentes muito restrito à minha Comissão de Redação, onde eu estava lotado. Eu não circulava muito, não tinha muito relacionamento na Casa. A representação era menor, a Casa era menor.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O *status* do funcionário era maior?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não digo que fosse maior, não. O funcionário da Câmara já era mais bem remunerado do que a maioria dos funcionários públicos, mas... Foi uma das razões por que fiz concurso para datilógrafo. Eu era auxiliar de escritório numa companhia de seguros; ganhava salário mínimo. Como datilógrafo, fui ganhar quase três vezes o salário mínimo. Isso pode dar uma medida do que era a remuneração do servidor público da Câmara na época. Era razoável, mas não era estratosférico, nada que parecesse com os marajás que apontam hoje.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Outra curiosidade é a seguinte: no Rio de Janeiro a Câmara já estava instalada há um bom tempo. Era uma atividade mais formal? Talvez em Brasília, pelo fato de estar recém-instalada, poderia haver mais uma certa informalidade na atividade parlamentar, no relacionamento do funcionário com o parlamentar? Existia essa diferença entre Rio e Brasília?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Como eu disse, entrei com 23 anos para o serviço da Câmara, fiquei no Palácio Tiradentes por três, quatro anos, muito escondido na Comissão de Redação, mas acredito que havia um nível de formalidade maior e que alguma informalidade foi ganha aqui em Brasília. Não creio que por força de Brasília, mas por força do passar do tempo mesmo. Os tempos são outros. Estou aqui sem gravata; vocês estão engravatados. Estou sem gravata. Não viria aqui jamais sem gravata. Hoje, trabalha-se na Câmara em mangas de camisa em muitos setores.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Naquela época, isso era impensável?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Era impensável. Não se podia entrar sem gravata.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mesmo os funcionários em cargos mais... PLP..

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Alguns tinham farda, tinham de trabalhar de farda. Claro que sempre houve funcionários que se relacionavam mais ou menos intimamente com deputados – isso é natural em qualquer época e em qualquer lugar. Mas creio que alguma informalidade se ganhou, tem-se ganho aqui em Brasília.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A gente estava falando dos momentos decisivos, momentos importantes que o senhor viveu dentro da Câmara. O senhor já mencionou o Golpe Militar de 1964. Que outro momento o senhor destacaria?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – A própria mudança da capital. Embora eu não tenha estado presente à inauguração, eu já era funcionário da Câmara e vim aqui poucos meses depois de feita a inauguração. Brasília foi um evento importantíssimo, marcado por grandes discussões, antes e depois da mudança.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Apesar de ficar “escondidinho” na Comissão de Redação, o senhor deve ter acompanhado resistências à mudança de funcionários para vir para Brasília.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Certamente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como foi esse período?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não só de funcionários, mas de vários setores do país: setores políticos, setores militares, setores de toda natureza. Muita gente ficou indignada ou alarmada com a perspectiva de vir para cá. Alguns realmente não quiseram vir e conseguiram ficar. Mas havia, por outro lado, um incentivo financeiro, que era a “dobradinha”. A famosa “dobradinha”. Os funcionários que vieram nos primeiros dois anos, creio eu, vieram ganhando em dobro. Isso, para um funcionário em começo de carreira, era muito bom. Ganhavam em dobro e, aqui, recebiam um imóvel funcional, um apartamento pelo qual se pagava uma taxa de ocupação muito módica. Então, havia um interesse financeiro. Muita gente veio por esse interesse.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E no seu caso?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Eu não vim por esse interesse, porque, como disse, Brasília para mim se tornou um ideal: eu acreditava, fazia toda fé, punha toda fé em Brasília. Mas é claro que havia esse interesse também. Eu era um funcionário em começo de carreira e pretendia me casar. Casei-me no segundo ano. Esses incrementos foram de grande valia, foram muito importantes.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mesmo funcionário solteiro recebia imóvel funcional?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Recebia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não era só quem tinha família?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não. Recebia um imóvel menor. Pelo menos a norma era essa.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Todos os funcionários foram convocados para vir para Brasília? Como foi o clima antes de se decidir quem realmente viria? Como foi essa mudança? Foi paulatina? Foram vindo para cá primeiro alguns, depois outros? Esse processo de mudança Rio-Brasília, como aconteceu?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – A mudança foi paulatina. Vieram alguns para a inauguração, antes da inauguração. Eu vim em julho. Foi paulatina. Em princípio, a mudança teria que ser geral – todos deveriam vir para cá. Ficaria, como ficou, um grupo no Palácio Tiradentes para administração do Palácio. Durante muito tempo, se manteve um braço da Câmara no Rio de Janeiro. Era inevitável que isso acontecesse. A exceção que devia haver seria essa. O número de exceções aumentou devido a interesses

vitoriosos, pessoas que quiseram ficar e conseguiram. Mas, em princípio, deveria ser geral a mudança. Não sei se era isso o que você queria ouvir.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, já falamos da mudança da capital e do Golpe Militar de 1964. Estou tentando seguir, mais ou menos, na linha do tempo, esses momentos importantes, tormentosos ou alegres, que abalaram de alguma maneira a Câmara dos Deputados, que tiveram repercussão na Câmara dos Deputados. O que o senhor destacaria mais?

O SRA. ANDERSON BRAGA HORTA – Houve muita coisa importante. Projetos... Desde o Rio de Janeiro, a discussão do petróleo, o problema do petróleo, a discussão da Lei de Diretrizes e Bases, lá no Rio e, depois, aqui em Brasília. Durante os vinte anos de ditadura, não obstante a pressão maior ou menor, o tolhimento maior ou menor dos trabalhos legislativos, sempre se discutiu aqui coisa da mais alta importância. É preciso lembrar que o Congresso é a Casa, por excelência, da democracia. O Congresso tem, ou pode ter, muitos defeitos, num determinado momento, mas, por mais defeitos que tenha, é uma Casa que é símbolo da democracia e, mais do que isso, é uma Casa sem a qual é difícil entender um sistema democrático. Pelo menos o nosso entendimento atual não admite isso. Tanto isso era sentido pelos próprios comandos revolucionários que não foi eliminado de todo, o Congresso, não chegaram a eliminar completamente. Chegaram a fechar, mas não a fechar institucionalmente. Voltou a funcionar, mais ou menos precariamente, foi ganhando forças e tudo.

Mas tudo isso para dizer que, num sistema de governo como o nosso, todas as questões importantes passam, necessariamente, pelo Congresso, como as questões do momento, que são as famigeradas reformas tributária e essa, mais do que famigerada, a da Previdência.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor acha que o funcionário dessa época tinha consciência – o senhor está falando que o comando militar sabia disso, tanto é que respeitava – mas o senhor acha que o funcionário da Casa tinha essa consciência do poder, da importância do Legislativo?

O SRA. ANDERSON BRAGA HORTA – Acho que sim. O funcionário da Casa, desde algum tempo depois da Constituição de 1946, era concursado – os concursos eram bastante puxados –, frequentemente funcionário de nível superior. Não quero dizer que isso, por si só, defina inteiramente um padrão, mas define bastante. Então, era gente com instrução, bastante instrução. Aqueles que tinham entrado antes das exigências de concurso, os que entraram sem concurso, não eram menos bons funcionários por isso. Entraram sem

concurso porque o concurso não era exigido ou porque eles conseguiram, de uma maneira ou de outra. Não faço do concurso público uma mística. É a única maneira democrática, hoje, de admitir. E é a melhor maneira de tentar admitir gente boa, gente de qualidade. Mas aqueles que entraram sem concurso vinham já da Constituinte de 1946, já tinham uma experiência política bastante grande. O Brasil tinha passado – entrei em 1957 – por inúmeras crises, vinha do Estado Novo, vinha da Constituição Democrática de 1946, vinha daqueles golpes ou tentativas de golpe todas que precederam a era do Juscelino e de Brasília. Então, acredito que, de um modo geral, o funcionário da Casa, o funcionalismo da Casa era esclarecido.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Pela legislação da Câmara, o funcionário não poderia se manifestar politicamente. Mas, nessa época, havia uma consciência política que se desdobrasse entre os próprios funcionários ou eles se mantinham afastados de uma posição política?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Era uma época de grande efervescência política, uma época em que o estudante, o jovem, o funcionário também tinham muito interesse e freqüentemente muita participação em política. Era uma época em que a juventude tendia muito para a esquerda. Tenho a impressão de que isso é geral em todas as épocas – a juventude vai sempre para a esquerda. Em geral, vai para a esquerda. Era um momento de grande participação política, sim, apesar de quaisquer proibições. Era um momento de grande participação política, e o funcionário público nem sempre ficava ali nos trilhos. Eu não tinha muita participação por uma questão de formação, de temperamento, era muito fechado. Não por outra razão.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há um outro momento na Câmara, na história política do país, que o senhor destacaria aqui na Câmara?

O SRA. ANDERSON BRAGA HORTA – Os momentos das cassações. É difícil lembrar tanta coisa destacável politicamente. O momento da luta pelas Diretas Já, o momento da eleição de Tancredo, com tudo o que aconteceu depois. É bastante mais próximo de nós.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, vamos falar das cassações.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – O momento do panelaço. Ora, é tudo importante.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos tentar falar um pouquinho sobre cada um desses momentos que o senhor citou. As cassações, por exemplo.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Sim.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era um clima de medo

dentro da Câmara? As pessoas ficavam assustadas? Por exemplo, eu trabalho com um deputado e não sei se amanhã esse deputado vai estar aqui. A minha vida funcional pode ser afetada. Era um clima de apreensão? O que era?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Sim, o clima era de apreensão, porque não se sabia ou se previa bem o que poderia acontecer de ruim para a Câmara, para o país, para a vida funcional mesmo. Mas não creio que houvesse também essa sensação cotidiana de terror. Eu acho que não. Acho que, de um modo geral, se encaravam as coisas com alguma naturalidade, depois que se instalou a ditadura, com alguma naturalidade. A gente se acostuma até às piores coisas. De outra maneira, não viveríamos, não continuaríamos vivos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E na campanha das Diretas, o que o senhor lembra desse período, o que o senhor destaca nesse período?

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Dr. Braga, eu só queria voltar um pouquinho às cassações. O senhor lembra ou assistiu a alguma coisa, um funcionário da Câmara interferindo, ajudando para cassar ou para defender algum deputado?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Alguém contando história, alguma coisa?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não. Funcionário interferindo para a cassação?

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Não digo interferindo, dando informações ou...

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Consta que havia funcionários que prestavam informações ao SNI. Um desses funcionários era informante confesso. Não vou dizer o nome dele – já é falecido. Mas esse era confesso. Isso havia. Mas alguém trabalhando especificamente para a cassação de determinado deputado ou para a defesa dele, não. Isso não sei, não conheço.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas teria poder para isso, seria ouvido?

O SRA. ANDERSON BRAGA HORTA – Não, de maneira nenhuma, poder nenhum. Quem se atrevesse a atuar claramente, publicamente, na defesa de um deputado na mira da cassação...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Também caía em desgraça.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – ...estava em desgraça também, estaria em desgraça também. E não teria efeito nenhum.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Duas perguntas...

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – O parlamentar, que era muito respeitado antes da chamada revolução, passou a ser estigmatizado logo em seguida. Ser deputado ou senador era um estigma, passou a ser xingamento, e agredir o parlamentar passou a ser moda, de certa maneira, falando de uma maneira pitoresca.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como era o sentimento das pessoas, dos funcionários, em relação a esse funcionário que era informante confesso? A primeira pergunta. E a segunda: havia medo em relação a outros possíveis informantes que não eram confessos?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – A gente sabia que havia informante, não sabia quem. Mas ninguém vivia em estado de pânico por causa disso, não. Claro que a gente se acautelava nas conversas em público, não é? Ninguém queria perder o emprego por causa de uma palavra mal pronunciada ou pronunciada em hora e local errados. Eu só vim a saber desse colega informante depois, muito depois do período crucial da revolução. Na época, eu não sabia. Na época, eu acho que ninguém sabia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Senão, ele não poderia trabalhar, não é?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Senão, ele não poderia trabalhar. Seria um “secreta” muito público.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Alguém chegou a perder o emprego nessa época porque se manifestou no momento indevido, falou alguma coisa e foi mal interpretado?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Chegou, aconteceu.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como é que foi isso?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Eu me lembro de um caso de um colega que tinha uma atuação política bastante acentuada. Ele era um homem de esquerda e a atuação dele era bastante conhecida.

Ele foi processado na Câmara dos Deputados por abandono de cargo, e eu fiz parte da Comissão Administrativa. Esse rapaz era meu amigo, foi meu colega de concurso. Ambos trabalhávamos na São Paulo – Companhia Nacional de Seguros de Vida quando resolvemos fazer o concurso da Câmara dos Deputados para datilógrafo. Passamos em colocações contíguas; ele, um ponto acima de mim. Éramos amigos desde a cidade mineira de Leopoldina, onde fomos estudar. Eu fui designado para a Comissão, que o absolveu e entendeu que ele não devia perder o cargo, mas ele perdeu. Apesar do parecer da Comissão, o parecer da Mesa, que não deve ter tido muita chance, muita

liberdade de opinião a respeito, foi no sentido da perda do cargo. Ele foi exilado, esteve no Chile, Cuba, França, Escandinávia, voltou ao Brasil, foi readmitido e hoje está aposentado.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – E o senhor pode falar quem era?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Posso. Não há problema algum. Deodato Rivera.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O Deodato?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – É.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos falar então sobre a época das Diretas?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Sim. Eu não tenho muito o que dizer sobre a época das Diretas. Eu vivi essa luta mais como cidadão brasileiro e não tive participação ativa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como era o clima entre os funcionários nessa época? No resto do país havia uma certa euforia, mas, entre os funcionários, como era?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Eu creio que a mesma coisa do resto do país. Eu não sei dizer nada de especial a respeito. Não tive vivência especial com o fato, senão a de um brasileiro comum que esperava que retornássemos brevemente àquilo que entendíamos que seria a normalidade constitucional.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor foi diretor da Consultoria Legislativa durante algum tempo.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Fui.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Nessas fases, como Diretas Já e outras, como era a relação dos trabalhos executados na Consultoria e os pedidos dos deputados com relação a trabalhos que embasavam projetos, discursos, etc.?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – A Assessoria Legislativa foi instituída em 1972 em troncos: a Assessoria Parlamentar, como uma seção do Centro de Documentação, e a Assessoria Técnica Especializada, no Departamento de Comissões.

Em 1973, as duas se fundiram na Assessoria Legislativa, hoje Consultoria Legislativa. Então, em 72, 73, eu entrei para a Assessoria Parlamentar, que funcionava no Centro de Documentação e que fazia discursos, fazia estudos. Era destinada a fazer estudos. Na prática, fazíamos discursos.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Dr. Anderson Horta, não cortando seu racionamento, existia o Instituto Ipeac.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Sim, o Ipeac.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – A Assessoria Parlamentar concorria com o instituto?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Concorria. O Ipeac era um instituto paralelo, uma entidade privada, financiada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal que, de certa maneira, pagavam por trabalho efetivamente prestado a deputados e senadores. Durante muitos anos funcionou. Funcionava nem sempre muito bem. Às vezes bem, às vezes muito mal e nunca foi tão eficiente como a assessoria institucional, que não dependia de número de trabalhos, não tinha de vender trabalho. O funcionário era remunerado para fazer quaisquer trabalhos que lhe fossem pedidos dentro da sua possibilidade.

Não quero denegrir a imagem do Ipeac. Ele prestou muitos serviços bons também. Mas com o crescimento da Assessoria Legislativa, chegou-se à conclusão de que era desnecessário. Era dinheiro gasto inutilmente, duplicação de gastos injustificável.

Não havia uma pergunta sobre qual o relacionamento do deputado com o assessor?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Por exemplo, se o deputado pedia alguma coisa tendenciosa, que facilitasse um ponto de vista dele ou aceitava os trabalhos executados sem um caráter direcionado.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Havia de tudo na Assessoria Legislativa, atual Consultoria. Elaborávamos pareceres a projetos, projetos de toda natureza, estudos e o discurso já pronto. Fazíamos tudo, conforme a encomenda do deputado. Se o deputado dava a orientação, tínhamos de fazer de acordo com a sua orientação. Frequentemente, o deputado pedia o nosso parecer, aceitava ou não a nossa orientação, exceto no caso do estudo técnico, porque era assinado pelo assessor. Ele se engajava pessoalmente e se comprometia pessoalmente, mas nos outros casos, o trabalho finalmente era assinado pelo deputado. Então, se ele exigia determinado parecer em certo sentido, tinha de ser respeitado, porque seria assinado por ele.

Claro que se a orientação dele nos parecesse errada, injurídica ou absurda, tínhamos o dever de manifestar a nossa posição. Fazíamos isso e algumas vezes essa manifestação não era bem recebida. Outras vezes, era acatada. Acontecia de tudo, até uma coisa muito interessante a respeito de um projeto que me pediram sobre uma área que não era de muito conhecimento meu,

a de educação. Não era a minha área. O deputado pediu que eu fizesse. “Eu quero um projeto assim e assado.” “deputado, esse projeto é um absurdo. O senhor vai se dar mal.” “Não, eu quero porque quero.” “Se o senhor apresentar esse projeto vai ser violentamente combatido. O senhor vai aparecer na imprensa de uma maneira muito negativa.” Mas ele queria porque queria, insistiu. Eu falei: “Bom, deputado, o senhor está advertido. Está aqui o projeto.” Apresentou. No dia seguinte saiu numa foto-legenda, um retrato dele e em embaixo a legenda, um pequeno texto “metendo o pau” nele, dizendo os absurdos do projeto em poucas palavras. Passei por ele nesse dia, nada falei. Mas ele me chamou e me cumprimentou feliz da vida, porque havia saído a fotografia dele, embora “metendo o pau”. *Falem mal, mas falem de mim.* Parece que quem cunhou essa frase famosa foi o poeta modernista Oswald de Andrade. E é uma frase de muito político. “Falem mal, mas falem de mim.” Algo parecido com aquele “Rouba, mas faz”.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Evidentemente esse projeto não foi adiante.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Ah, não foi. Esse projeto era para aparecer, para agradar algum setor e para aparecer. Funcionou da maneira como ele queria. Ele apareceu e agradou a quem tinha de agradar. Não era um deputado brilhante. Era um deputado medíocre. Não posso dizer quem é. Aliás, nem me lembro do seu nome.

Fazia isso também. É um trabalho desgastante para o assessor, mas faz parte da vida funcional.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Houve algum outro caso tão marcante quanto esse que o senhor se lembre?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Há muitos casos interessantes de diversas naturezas. Uma vez, um deputado nordestino – simplório, mas rico, porque explorava licitamente casas de jogos, lotéricas – me pediu um discurso. Eu fiz um discurso para ele, que ficou encantado, era um pinga-fogo. Ele disse: “O senhor tem o meu estilo, o senhor vai fazer mais trabalhos para mim.” Ficou tão grato que disse que ia me dar uma gratificação. Respondi: “Não, deputado, não posso receber gratificação.” Mas ele colocou no meu bolso um envelope e saiu. Saiu apressado como quem quisesse evitar que eu devolvesse. Realmente ele queria que eu ficasse com o dinheiro. Abri o envelope, que estava recheado de notas gordas, num tempo de vacas magras. Fiquei de olho comprido, mas não poderia aceitar, porque seria uma coisa muito irregular, de conseqüências práticas: eu iria ficar atado a esse deputado, ele ia exigir preferência, se não exclusividade. Era uma coisa que eu não poderia fazer.

Corri atrás dele e entreguei-lhe o dinheiro – pesaroso, mas não tinha como agir de outra maneira –, fazendo-lhe ver que eu já era pago para atendê-lo e a qualquer outro deputado da maneira que fosse possível.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ele poderia ter lhe dado um bilhete premiado.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Poderia, poderia. Alguns davam uma caneta, quando ficavam satisfeitos com o trabalho. Ou mandavam um telegrama de agradecimento. Isso era muito bom. Uma vez um me deu um uísque – infelizmente era falso, pois me deu uma tremenda dor de cabeça. (risos)

Nessa época eu não era o diretor da Assessoria, mas ajudava o diretor na distribuição, recebimento e encaminhamento dos trabalhos aos deputados. Portanto, eu era uma ponte entre os deputados e os colegas assessores. De modo que eu ficava sempre até um pouco depois do meio-dia, na minha sala, na ponta de cá do anexo III. Tinha um deputado que de quando em quando ia para lá, e eu perdia o almoço. E ele conversava, conversava, contava histórias, pedia algum projeto, algum pronunciamento. Eu anotava para ele. Era um deputado muito simpático, muito bem-falante, muito agradável, e de quando em quando me trazia goiabada “cascão” e queijo. Eu tenho uma boa lembrança dele. Como eu não disse nada que fiz para ele, posso dizer o nome dele. Esse deputado foi prefeito em Belo Horizonte. Ele era muito popular, o Jorge Carone.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor fez referência a um panelaço? Como foi esse panelaço?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Batidas em panelas, em frigideiras, em copos, em pratos. Foi na cidade toda. Você não estava aqui, não?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não, eu moro há pouco tempo em Brasília.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Eu acho que foi um caso brasiliense. Vocês se lembram de ter sido mais do que de Brasília esse panelaço? Eu acho que foi de Brasília. E foi algo relacionado ao Collor, ao *impeachment* do Collor, não é verdade?

(Intervenção fora do microfone)

Foi nacional?

(Intervenção fora do microfone)

Vou contar uma coisa curiosa quanto à Assessoria Legislativa, quando fui nomeado diretor da Assessoria. Tive uma vida funcional muito ligada ao assessoramento. Por quê? Na Comissão de Redação, eu entrei como datilógrafo, mas fui aprendendo técnica legislativa. Isso já foi me preparando

para um dia ser assessor, sem que eu soubesse disso. Começou-se a falar em assessoramento legislativo com uma certa insistência no Palácio Tiradentes, nos anos que antecederam 1960. Entrei para um escritório de advocacia, porque me formei em 1959, na ilusão de aprender a advogar com os colegas, mas o escritório estava mais interessado em trabalhos de assessoramento, *avant la lettre*, digamos. Então, montaram um curso de assessoramento parlamentar e me colocaram como professor desse curso. Eu me virei. Tinha já algum conhecimento adquirido no trabalho da Comissão. Dei as minhas aulas e fiz uma apostila que serviu de estopim para uma dessas publicações que eu arrolo no papel que entreguei a vocês, que são normas para elaboração dos trabalhos legislativos.

Logo na primeira hora, fui nomeado assessor parlamentar. Conheço a Assessoria Legislativa – hoje Consultoria – desde o nascedouro. Considero-me um dos criadores, não que estivesse na direção – no momento da criação eu não estava –, mas sempre de alguma maneira estive ligado ao assessoramento. Isso me dava um carinho especial pela Assessoria Legislativa.

Fui nomeado diretor da Assessoria e um belo dia fui chamado ao gabinete do primeiro-secretário, na presença do diretor legislativo de então e do diretor-geral, Ribas e Sabino. O primeiro-secretário queria simplesmente que eu dissolvesse a Assessoria: “Você vai desmembrar a assessoria, distribuir os assessores pelas Comissões; quero desfazer esse núcleo”. Fiquei alarmado. “Não posso fazer isso. Acho que isso está errado. Não é uma boa solução. Vai acabar com a Assessoria, vai dismantelar nossa experiência de assessoramento, que tem sido positiva, apesar de problemas e distorções, que sempre há.” E disse a ele que não podia fazer, usando o argumento de que era ilegal. Ele ficou bravo: “Quando vocês não querem fazer alguma coisa, apelam para a lei, dizem que é ilegal.” Mas realmente era ilegal. Eu falei: “deputado, é ilegal mesmo. Não estou inventando isso.” E houve uma conversa muito desagradável. E eu numa situação muito “esquerda”. Eu não podia fazer isso, mas se insistisse, como insisti, na minha posição, poderia ser levado a me aposentar bem mais cedo do que afinal me aposentei. Mas o primeiro-secretário teve a grandeza de não exigir o meu cargo. Nem tocou no assunto. Não deve nem ter pensado no assunto. Não estou citando isso como queixa, nem como acusação a ele. Ele tinha uma posição, resultante de compromissos de campanha, mas eu disse a ele que aquilo era inconveniente e ilegal e que eu não poderia fazer isso.

Incumbiu-me, então, de redigir um ato legal que ele assinaria e faria dessa maneira. Muito bem, eu fiz para ele. Fiz, mas tive que trabalhar contra a opinião dele e com o apoio de autoridades da Casa e de deputados. No fim, ele

se convenceu de que não estava certo ou de que não valia a pena insistir nesse compromisso de campanha. De modo que por pouco deixei de ser o “coveiro” da assessoria. Não fui porque não quis. Não admiti ser isso. Por pouco também não me aposentei. Não sei há quantos anos foi.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Tenho mais uma pergunta. Dr. Anderson, os funcionários da Casa, os assessores da Consultoria de Orçamento ou da Legislativa auxiliam os deputados a elaborarem as leis, os projetos e as emendas à Constituição que são mandadas para cá pelo Executivo. O trabalho do assessor influencia na alteração de algum projeto mandado pelo Executivo?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Pode acontecer.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Aconteceu alguma alteração que desagradou o Executivo?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Aconteceu, sim. Eu mesmo fui um dos personagens de um desses fatos. Como foi dito há pouco, havia de tudo na Assessoria. Fazia-se o que o deputado queria, porque S.Exa. assinava, mas também poder-se-ia convencê-lo do contrário, de fazer uma coisa que se achasse mais adequada, mais jurídica, menos... ridícula, até.

Assessores influenciaram parlamentares para mudarem pareceres ou projetos. Aconteceram coisas contrárias ao interesse do Executivo, devido à atuação de assessores.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Quer dar um exemplo?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Eu não posso dar, porque teria que dizer, se eu me lembrasse, qual o deputado assessorado e quem foi contrariado, o que contraria a norma da Assessoria, ou seja, o sigilo.

Disse que fiz um projeto absurdo para um deputado, que ficou feliz. Agora, se eu dissesse quem é o deputado e qual era o projeto, estaria ferindo a norma de sigilo do assessoramento, que é a segurança do parlamentar. Uma vez que S. Exa. recebeu assessoramento e assinou o parecer, é considerado autor.

O assessor é um mero instrumento, em certos casos, profundamente desgostoso. Muitas vezes era levado a fazer alguma coisa contra suas íntimas convicções, e às vezes se recusava a fazê-lo. Houve problemas desse tipo.

Por exemplo, lembro-me de um colega que era contra a pena de morte, como eu também sempre fui, e foi-lhe pedido um trabalho para a instituição da pena de morte. Ele não quis fazer, conseguimos contornar o problema, e ele não fez, mas normalmente o assessor é obrigado a fazê-lo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Outro consultor fez isso?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não sei se chegou a ser feito esse projeto. Nunca vingou a idéia de pena de morte, felizmente. Penso que é um erro terrível, com certeza vocês também. Não é, Ivanir?

(intervenção fora do microfone)

O pedido era de um dos defensores, não me lembro de quem. Não sei se foi dele – se me lembrasse, eu calaria a boca. (risos)

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Sobre a sua poesia.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Clareou falar em poesia, não a minha poesia, mas de uma maneira geral. Tomara que a poesia possa influir basicamente os trabalhos legislativos e os administrativos.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Porque nesse caso do “Altiplano”, ele conta uma saga que envolve também sua vida na Câmara dos Deputados.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não há uma vinculação aparente. Aparente, não! É claro que a minha vida na Câmara é a minha vida, não é? Em quarenta anos de Câmara, eu fui influenciado pelo que vivi aqui. A Câmara me ajudou; ter sido funcionário da Câmara ajudou-me a formar o meu perfil, digamos assim, político, a minha noção do que é o país jurídica e politicamente, é claro. Mas nada disso transparece no poema.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Sim, mas eu digo o seguinte: se não haveria outros que tivessem fatos, vivências mais explícitas e que você pudesse nos disponibilizar para nossa exposição.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – De poesia?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Isso.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Relacionada com a Câmara?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Vivências aqui dentro.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não tenho, não.

Tenho um poema, escrito na Comissão de Redação, naquele tempo, que nunca foi publicado e aproveitado, em que eu falo sobre uma máquina, um ventilador. Lembro-me da passagem “e, coitado, não tem pistolão”. Um poema irônico, sarcástico, mas que não tem relevância alguma. Lembro-me desse porque é o único que tem relação direta com o meu trabalho na Câmara.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – E você tem ele?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Se você quiser, talvez eu consiga uma cópia. Certamente eu tenho; vou conseguir. Agora, você, por favor, não diga que foi feito no expediente, não. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Por que o senhor ficou quarenta anos na Câmara se o senhor poderia ter-se aposentado antes?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Eu poderia ter-me aposentado muito antes; eu comecei a trabalhar aqui na Câmara com 23 anos. Menos de 23 – 22 anos – foi começo de 1957, com 22 anos e pouco. Tinha já uns três anos, tinha um tiro-de-guerra, que podia contar. Vim para cá com dois anos contados em dobro – nunca tirei um dia de licença-prêmio. Então, a primeira licença eu podia ter convertido em dobro também; poderia ter-me aposentado aos cinquenta anos. Não tinha interesse algum em sair; não tinha perspectiva em fazer outra coisa fora. Então, eu completei quarenta anos de casa em 1997, quando me aposentei.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa nossa conversa está muito séria. Vamos lembrar alguma coisa engraçada?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Vamos. Eu já era diretor da Assessoria, estava lá na minha sala, toca o telefone – era uma deputada, ex-guerrilheira, famosa e brava, engraçada, que me disse uma série de coisas, fez uma série de queixas e, antes que eu pudesse responder a alguma coisa – o assunto era irrelevante, ela não tinha razão alguma – e me colocar aos seus serviços para remediar o que tivesse saído de errado, ela me disse: “Sabe de uma coisa? Essa assessoria é uma...” e disse uma palavra menos agradável. Aí eu fiquei assim, meio espantado, houve aquele silêncio, rompido por ela, e ela disse: “olha, Dr. Anderson, depois disso que eu lhe disse eu acho que o senhor só tem uma coisa a fazer: bater o telefone na minha cara”. (risos). Ela mesma disse isso. E eu desliguei realmente o telefone, eu ia dizer o quê? Eu não ia responder à deputada, por ser uma senhora e por ser deputada, no mesmo tom e com as mesmas palavras. Liguei para o Sabino imediatamente e relatei-lhe o fato. Disse a ele: “Olha, aconteceu isso”. Ele disse: “Não, não tem problema algum, não. A deputada é conhecida”. Essa mesma deputada, na época em que o Sebastião Corrêa Côrtes era o responsável pelo setor de discursos, uma vez foi ao gabinete dele, que ficava ao lado do meu, antes de eu ser diretor da Assessoria, e falou sobre a vida de guerrilheira dela, e num belo momento ela se entusiasmou, levantou a saia e mostrou ferimentos de guerra. Uma situação que deixou o Côrtes, um homem muito católico, meio assombrado. (risos) Também não vou dizer o nome, não é preciso. São fatos pitorescos apenas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E com os funcionários, o senhor se lembra de alguma coisa assim pitoresca?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Houve coisas pitorescas, coisas trágicas, mortes prematuras, brigas, incompreensões. Um dos pecados do intelectual é o orgulho, e o assessor é um homem, pode-se dizer que é um intelectual, que é obrigado a estudar. Passou a ser admitido por concurso – a Câmara inventou isso, não sei se inventou bem, acho que inventou – e aconteceram coisas desse tipo. Um fato pitoresco, específico entre funcionários, não consigo lembrar agora; como esse dessa deputada, não, nada parecido.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E de trágico que o senhor mencionou aí?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Houve um colega, muito jovem e inteligente, que se matou com um tiro de espingarda, ou com uma arma parecida.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dentro da Câmara?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não. Houve um colega que morreu afogado na praia de Boa Viagem, jovem também, relativamente jovem.

Por que ele se matou?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Ele tinha problemas de relacionamento com os pais. Ele tinha problemas mentais – muito brilhante e inteligente – mas tinha problemas. Se houve um fato específico que o levou a isso, eu não fiquei sabendo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E houve muitos casamentos entre servidores na Câmara? Era comum o envolvimento afetivo de funcionário com funcionária?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Não. Havia assessores casados entre si, mas o casamento foi anterior à entrada na Assessoria. Depois de terem entrado para a Assessoria, se casaram não me ocorre. Pode ser que entre os mais novos tenha acontecido, eu já saí há seis anos e não me lembro de fato algum, não.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há alguma coisa que a gente não tenha dito que o senhor acha que valha a pena ser mencionado?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – A coisa que eu tenho a dizer é que os quarenta anos que eu passei na Câmara foram de enriquecimento – aprendi muita coisa. É uma Casa que é um dos pilares da democracia em qualquer país, no Brasil especialmente. Com isso, não quero apagar quaisquer erros que sejam cometidos pela representação, não é o caso. Mas a representação é importante e deve ser aperfeiçoada sempre, e nunca coarctada como aconteceu

durante a chamada revolução. Eu insisto em “chamada revolução” porque eu acho que não houve revolução alguma em 1964. Mas sinto-me feliz por ter podido prestar algum serviço, mínimo que fosse, a esta Casa.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Eu só queria pedir a você, para arrematar, finalmente, você como intelectual por ofício e ligado à cultura por lazer, que tentasse nos dar a luz nessa questão do envolvimento mais recente da Câmara com arte, com cultura por meio do Espaço Cultural e do museu. Ou seja, essas duas manifestações se casam bem? Fala um pouquinho sobre isso.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA - Eu até disse, meio brincando, há pouco, que seria bom que a poesia pudesse iluminar os trabalhos legislativos e os trabalhos administrativos. A poesia no sentido amplo, não só a poesia do poema, mas a poesia da pintura, das artes cênicas, da música – a arte, enfim, que é uma coisa que falta em nossa educação hoje. Ela é humanizante. A arte não tem, embora muito artista fique rico, mercê de sua arte, a arte não tem função econômica. Quando tem, ela não é meramente econômica, não é primordialmente econômica. A arte é algo espiritual, algo que transcende o econômico, embora possa se transformar também em fator econômico. Mas a arte é espiritual, é algo que deve contribuir para elevar os espíritos, amaciar os temperamentos, para lubrificar essas... para humanizar, no caso de serviços públicos e serviços privados também. Por que não? Toda atividade artística – corais, por exemplo – deve ser bem-vinda no seio do serviço público, já que estamos falando de Câmara dos Deputados, como fator de humanização do serviço para que não se torne o servidor um autômato, um mero cumpridor de ordens, um mero fabricante de regulamentos, de textos e coisas, para que o relacionamento humano não se perca por força da necessária burocracia, da ordem necessária ao serviço. Acho isso importantíssimo, e é bom que a Câmara tenha enveredado por esse caminho e esteja dando importância a esse caminho.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Mas eu ainda vou mais adiante um pouquinho. Além da atividade humanizante, em termos de servidor e de instituição, eu queria ir mais além, ou seja, a atividade legislativa. A proximidade com a manifestação popular, a memória – será que isso também não resgata alguma coisa que, às vezes, a atividade partidária esconde?

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Com certeza sim. A arte deve servir para humanizar tudo. Eu hesitei um pouquinho porque existe uma arte muito desumanizada também, uma arte muito “tecnicizada”, uma arte muito

voltada para o dinheiro como coisa imediata e que esquece qual deve ser sua própria finalidade. Mas acho que é a exceção e é o menos importante. Todo trabalho técnico que se torna único, atividade única, leva a distorções. A inteligência técnica, pura, leva a monstruosidades. Quem já não conheceu uma pessoa muito brilhante em ciências exatas ou em tecnologias, mas de sentimento atrofiado, incapaz de um bom relacionamento até familiar? Creio que a educação artística pode contribuir para evitar essas monstruosidades. Não sei se há casos irremediáveis... (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Queremos agradecer ao senhor a participação, a sua disponibilidade, a sua presença aqui.

O SRA. ANDERSON BRAGA HORTA – Muito obrigado. É um prazer estar com vocês.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Se o senhor se lembrar de algum documento, de alguma foto – o senhor já trouxe algumas aqui –, mas se achar mais...

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Está certo. Posso trazer para vocês copiarem. Gostaria de ter de volta. E não gostei da cópia que consegui para essas duas aí. Não ficaram perfeitas. Vou ver se encontro alguma coisa relacionada com a Câmara, fotos com colegas de Câmara. Se eu tiver, eu trago.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Fotos de time de futebol, fotos do coral, fotos de festas de final de ano, aniversário de alguém que tenha feito uma festinha e que, por acaso, essa foto tenha ficado com o senhor.

O SR. ANDERSON BRAGA HORTA – Está bom. Eu vou dar uma revirada nas gavetas lá.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Muito obrigada.